

SUMÁRIO

Capítulo 7 – AÇÃO PENAL	15
7.1 Apresentação.....	15
7.2 Condições da Ação	16
7.3 Ação Penal Pública – Princípios	18
7.4 A Ação Penal Pública e a Denúncia.....	20
7.5 Aditamento.....	26
7.6 Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.....	27
7.7 Ação Penal Pública Condicionada	29
7.7.1 A Iniciativa de Ação Penal em face da Lei 11.705/08 (“Lei Seca”) que Alterou o Código de Trânsito Brasileiro.....	32
7.8 Ação Penal Privada	35
7.9 Extinção da Ação Penal	39
7.9.1 Decadência	40
7.9.2 Renúncia.....	41
7.9.3 Retratação.....	42
7.9.4 Desistência	43
7.9.5 Perdão do ofendido.....	44
7.9.6 Perempção	45
7.10 Ação Civil <i>Ex Delicto</i>	47
7.11 Especificidades da Ação Penal nos Crimes Contra os Costumes.....	54
7.12 Restituição das Coisas Apreendidas.....	56
7.13 Resumo	58
Capítulo 8 – COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	63
8.1 Apresentação.....	63

8.2	Citação	64
8.3	Requisitos do Mandado de Citação	66
8.4	Citação por Precatória e Rogatória.....	67
8.5	Citação por Hora Certa.....	69
8.6	Citação por Edital.....	70
8.7	A Citação por Edital, Revelia e Suspensão do Processo (CPP, Art. 366).....	72
8.8	Funcionários – Citação e Intimação	74
8.9	Intimação e Notificação	75
8.10	Efeitos do Não-Comparecimento	78
8.11	Resumo.....	80
Capítulo 9 – DA PRISÃO PROVISÓRIA		83
9.1	Introdução	83
9.2	Natureza da Privação da Liberdade.....	84
9.3	Prisão em Flagrante.....	87
9.3.1	Nota de culpa.....	91
9.4	Flagrante Preparado e Flagrante Esperado.....	94
9.5	Prisão Temporária	96
9.6	Prisão Preventiva.....	99
9.7	Prisão por Pronúncia	106
9.8	Prisão Especial	108
9.9	Resumo.....	113
Capítulo 10 – DA LIBERDADE PROVISÓRIA		115
10.1	Introdução	115
10.2	Quando Mesmo em Flagrante o Acusado se Livra Solto	115
10.3	O Advogado de Defesa e a Prisão Provisória.....	117
10.4	Revogação da Prisão Temporária.....	119
10.5	Revogação da Prisão Preventiva	120
10.6	Relaxamento da Prisão por Inexistência de Flagrante ou Ilegalidade do Auto de Prisão em Flagrante	123
10.6.1	Inexistência de flagrante.....	124
10.6.2	Ilegalidade ou irregularidade do auto de prisão em flagrante	125

10.7	Da Fiança	127
10.7.1	Do requerimento de fiança	129
10.7.2	Do valor da fiança	130
10.7.3	Das hipóteses de cabimento da fiança	132
10.7.4	Finalidade específica da fiança – Quebramento	134
10.7.5	Cassação – Reforço – Destinação da fiança	136
10.8	Liberdade Provisória Decorrente da Exclusão de Ilícitude e da Inocorrência das Condições que Justificam a Preventiva	138
10.9	Resumo	140
Capítulo 11 – DAS PROVAS SEGUNDO O CPP.....		143
11.1	Topografia e Conceito.....	143
11.2	Classificação	144
11.3	Meios de Prova	145
11.4	A Produção da Prova	146
11.5	Do Exame de Corpo de Delito	149
11.6	Interrogatório e Confissão – Delação de Co-Réu.....	152
11.7	Ofendido ou Vítima	159
11.8	Testemunhas	162
11.9	Reconhecimento de Pessoas e Coisas	171
11.10	Acareação.....	173
11.11	Dos Documentos	174
11.12	Busca e Apreensão	176
11.13	Resumo	181
Capítulo 12 – MODERNOS INSTRUMENTOS DE PROVA – PROVAS ILÍCITAS		185
12.1	Apresentação.....	185
12.2	Provas Ilícitas.....	186
12.3	Provas Derivadas das Ilícitas	191
12.4	Provas Lícitas, Segundo a Jurisprudência dos Tribunais Superiores	193
12.5	Interceptação Telefônica.....	195
12.5.1	Procedimento da Lei 9.296, de 24.07.1996	196
12.5.2	Gravação telefônica por um dos interlocutores	199

12.5.3	Questões de competência de Juízo	200
12.5.4	Quebra de dados pelo destinatário	202
12.6	Sigilo Bancário.....	202
12.7	Sigilo Fiscal.....	206
12.8	A Interceptação Telefônica, a Quebra de Sigilo Telefônico ou Bancário e do Sigilo Fiscal não se Submetem ao Contraditório e São Irrecorríveis.....	208
12.9	Efeitos da Ilícitude da Prova	210
12.10	Prova Emprestada.....	212
12.11	Da Delação Premiada – Infiltração – Retardo da Ação.....	214
12.12	Resumo.....	218
Capítulo 13 – DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS E EXCEÇÕES.....		223
13.1	Apresentação	223
13.2	Questões Prejudiciais	224
13.2.1	Questão preliminar X Questão prejudicial.....	224
13.2.2	Natureza homogênea ou heterogênea	225
13.2.3	Da suspensão obrigatória e facultativa no CPP	227
13.2.4	Recurso quanto às questões prejudiciais.....	229
13.3	Das Exceções	230
13.3.1	Apresentação	230
13.3.2	Classificação.....	231
13.3.3	Suspeição.....	231
13.3.4	Incompatibilidades e impedimentos	233
13.3.5	Declaração de suspeição, incompatibilidade e impedimento espontâneo	234
13.3.6	Tramitação da exceção de suspeição (e de incompatibilidade e impedimento) contra Juiz	236
13.3.7	Extensão da suspeição (e incompatibilidade e impedimento) – Ministério Público	238
13.3.8	Extensão de suspeição e de incompatibilidade e impedimentos – Auxiliares da Justiça (Peritos, Intérpretes, Serventuários e Funcionários).....	239
13.3.9	Autoridade Policial – Jurados.....	239
13.3.10	Recurso.....	240

13.4	Incompetência de Juízo.....	241
13.4.1	Apresentação.....	241
13.4.2	Juiz se dá por incompetente.....	241
13.4.3	Exceção de incompetência.....	242
13.4.4	Efeitos.....	243
13.4.5	Conflito de jurisdição.....	244
13.5	Litispêndência.....	244
13.5.1	Apresentação.....	244
13.5.2	Exceção de litispêndência.....	246
13.6	Ilegitimidade de Parte.....	248
13.6.1	Apresentação.....	248
13.6.2	Exceção de ilegitimidade.....	248
13.7	Coisa Julgada.....	250
13.7.1	Apresentação.....	250
13.7.2	Exceção da coisa julgada.....	251
13.8	Resumo.....	253
Capítulo 14 – MEDIDAS ASSECURATÓRIAS.....		257
14.1	Apresentação.....	257
14.2	Sequestro.....	258
14.2.1	Tramitação e sequência.....	260
14.3	Hipoteca Legal.....	263
14.4	Arresto.....	265
14.5	Resumo.....	267
Capítulo 15 – INCIDENTES.....		269
15.1	Apresentação.....	269
15.2	Incidente de Falsidade.....	269
15.3	Incidente de Insanidade Mental.....	271
15.3.1	Insanidade mental do acusado.....	271
15.3.2	Instauração de incidente.....	271
15.3.3	Iniciativa.....	273
15.3.4	Suspensão do processo e nomeação de curador.....	273
15.3.5	Recurso.....	274

15.3.6	Quesitos	274
15.3.7	Efetivação	275
15.3.8	Conclusões do laudo e sequência	276
15.4	Resumo.....	277
Capítulo 16 – DECISÕES DO JUÍZO.....		279
16.1	Apresentação	279
16.2	Formas de Impulso do Processo.....	279
16.3	Estrutura da Decisão e da Sentença.....	281
16.4	<i>Emendatio Libelli</i>	285
16.5	<i>Mutatio Libelli</i>	288
16.6	Sentença Absolutória	293
16.7	Sentença Condenatória.....	297
16.7.1	1ª Etapa – Escolha de pena dentre as cominadas.....	298
16.7.2	2ª Etapa – Cálculo da quantidade de pena	298
16.7.3	3ª Etapa – Fixação de regime inicial.....	300
16.7.4	4ª Etapa – Substituição de pena privativa de liberdade por outra espécie de pena	303
16.7.5	Conversão	305
16.7.6	Suspensão condicional da pena ou <i>sursis</i> (CP, art. 77).....	306
16.7.7	Perdão judicial	309
16.7.8	Efeitos da sentença condenatória.....	310
16.7.9	Declaração da sentença.....	315
16.7.10	Sentença anulada e <i>reformatio in pejus e in melius</i>	318
16.7.11	Intimação de sentença – Coisa julgada.....	320
16.8	Resumo.....	322
Referências.....		325
Índice Alfabético.....		327